

POR UMA NOVA HISTÓRIA URBANA  
BERNARDO LEPETTI<sup>edusp</sup>

HELIANA ANGOTTI SALGUEIRO (ORG.)

*Seleção de textos, revisão crítica e apresentação*

Heliana Angotti Salgueiro

*Tradução*

Cely Arena

Cap. 7 págs 191 a 226

## 7. ARQUITETURA, GEOGRAFIA, HISTÓRIA: USOS DA ESCALA\*

A história é uma boa menina, um pouco indolente mas sempre pronta a seguir, sem muita discussão, quem acaba de seduzi-la. Atualmente, a micro-história está na moda. As proposições anunciadas pelo grupo de historiadores italianos reunidos em torno da revista *Quaderni Storici* e da coleção das *Microstorie* oferecem uma referência e um modelo. Práticas invocam-nas em seu favor, organizam-se algumas discussões (cujo eco exato, aliás, deveria ser calculado), e, na incerteza que neste momento caracteriza a história e as outras ciências do homem, elas constituem um ponto de referência<sup>1</sup>. Invocá-las parece fácil: a escolha de um episódio minúsculo ou de um horizonte limitado parece garantir, por si só, a obtenção de um brevê de micro-historiador. Mas os métodos da *microstoria*

\* Este texto foi apresentado primeiramente no colóquio "Antropologia contemporânea e antropologia histórica", Paris e Marselha, 1992; em seguida foi publicado na revista *Genèses* 13, no outono de 1993, sob o título original que adotamos aqui; constituiu ainda, com pequenas modificações, um dos capítulos de *Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience*, obra coletiva sob a direção de Jacques Revel, edição de Hautes Études/Gallimard/Seuil, em 1996.

1. A respeito desse contexto intelectual e das proposições que ele induz: "Histoire et sciences sociales. Un tournant critique?", *Annales ESC*, 43 (2), 1988, pp. 291-293; "Tentons l'expérience", *Annales ESC*, 44 (6), 1989, pp. 1317-1323; B. Lepetit e J. Revel, "L'expérimentation contre l'arbitraire", *Annales ESC*, 47 (1), 1992, pp. 261-265.

são diversos, suas implicações teóricas são analisadas por seus promotores de maneira mais prolixa do que exata, e a referência que a ela se faz (quantos livros, quantos artigos efetivamente citados?) é às vezes mais encantatória que efetiva. Além disso, o estatuto que se atribui à micro-história e o papel heurístico que se pretende vê-la representar ainda não estão muito claros. Um estudo de caso nos dará uma idéia dessa questão.

O último livro que Guy Bois dedicou à mutação da cristandade ocidental por volta do ano mil é um livro ambicioso<sup>2</sup>. Intenta propor um modelo que possa explicar a passagem, na Europa, de um sistema social herdado da Antigüidade a um outro, nascido da revolução feudal e gradativamente resultante dos efeitos do trabalho das famílias camponesas e das comunidades aldeãs. Essa mutação principal de toda uma “economia-mundo”, entretanto, corresponde, na ordem empírica, a uma cabeça de alfinete. Argumentando a partir de uma única aldeia de Mâcon, Lournand – 350 pessoas que vivem a um pulo da abadia de Cluny –, Guy Bois optou conscientemente pela micro-história e explica por quê. Enumera vários argumentos para justificar essa opção metodológica. O primeiro é da ordem da necessidade: a observação intensiva de uma célula elementar é tão indispensável à análise do historiador quanto à do biólogo. O segundo motivo é o cuidado de inverter o ponto de vista sobre a sociedade, apontando a luz do refletor de baixo para cima, a partir das propriedades camponesas e das aldeias, e não do Estado e das cidades. A mudança de perspectiva explica-se ao mesmo tempo pelo fato de que é “de baixo que se

2. G. Bois, *La mutation de l'an mil. Lournand, village mâconnais de l'Antiquité au féodalisme*, Paris, Fayard, 1989.  
Sobre os primeiros momentos da fortuna crítica do livro: “L'An Mil. Rythmes et acteurs d'une croissance”, *Médiévales*, 21, outono 1991.

opera a construção do sistema feudal”<sup>3</sup> e porque “o geral não é apreensível por simples adição ou justaposição de situações particulares”. O terceiro motivo vem do papel da observação localizada relativamente à teoria: por um lado, ela representa um papel de anteparo frente aos riscos da esquematização teórica abusiva; por outro, obriga a modificar os modelos interpretativos e a recompor diferentemente a matéria histórica, opondo-lhes a variedade do real.

Deve-se ter notado que essas razões, todas explicitadas no livro, inscrevem-se em tradições e implicam práticas que não se ajustam bem. No que concerne aos métodos, a observação intensiva, em ciências sociais, remete menos à biologia celular que aos modos de validação da ciência interpretativa e da *thick description* antropológica; ao contrário, a comprovação das hipóteses teóricas pela observação empírica particular leva ao positivismo lógico. No que concerne ao objeto, o local aparece como uma espécie de modelo reduzido de uma dinâmica geral: uma amostra, que se dirá às vezes aleatória e às vezes calculada. Mas ele também é apresentado, de maneira completamente diferente, como o elemento constitutivo de um processo de conjunto que se origina na interação eficaz das situações locais. Poderíamos ainda acrescentar a essas tradições diferentes vestígios de realismo histórico: o local é assimilado ao real e impede qualquer tentação teorizante demais. O livro foi lido e discutido, mas raramente se levantou a questão do método: se os historiadores puderam entender, expressas na mesma obra com poucas linhas de intervalo, proposições tão pouco compatíveis, é porque estão numa situação de grande incerteza quanto à abordagem monográfica. O risco, então, está em ver o estudo de caso ocupar uma posição simétrica à da estatística descritiva numa história serial tradicional: como os quadros e gráficos, a apresentação dos dados locais é reduzida a um

3. *Ibid.*, p. 239.

uso simbólico, a uma espécie de convenção cuja função é proclamar a validade da pesquisa. Apostaremos, ao contrário, que as virtudes heurísticas da micro-história são mais fortes e que uma prática mais produtiva do ofício de historiador nascerá de um conhecimento mais explícito das modalidades diversas do raciocínio histórico e de suas implicações. Tentaremos aqui fazer um acréscimo a esse dossiê, a propósito das questões da escala e da generalização, que se relacionam.

A última noção é equivocada. Um dicionário filosófico comum define de três maneiras a passagem do particular para o geral que ela aponta. A primeira marca a

- ① passagem do objeto singular ao conceito. A segunda transforma-a na operação pela qual se estende a toda uma classe o que foi observado num número limitado de indivíduos ou de casos pertencentes a essa classe: a generalização é, portanto, uma
- ② forma de indução. Quando Pierre Deyon, por exemplo, via na análise da sociedade de uma capital provincial francesa uma contribuição para o estudo das promoções e das diferenciações burguesas e, mais genericamente, do funcionamento social no século XVII, era nesse tipo de operação que se inscrevia seu trabalho. A última
- ③ operação, enfim, aproxima a generalização da analogia: com base em semelhanças entre classes, estende-se a uma o que foi reconhecido como verdadeiro em outra. A obra de Carlo Ginzburg *Storia Notturna* parece-me um bom exemplo disso. Dessas definições, das quais não escolheremos nenhuma, reteremos várias indicações, banais. A generalização é procedimento abstrato e processo de abstração: seu resultado inscreve-se inteiramente na ordem das representações. Ela opera por seleção dos termos comuns e por perda da singularidade, do detalhe, da diferença considerada secundária. Os cartógrafos, em sua prática cotidiana, sabem disto: generalizar para poder desenhar um mapa é sacrificar detalhes do traçado de um rio ou de um contorno litorâneo conforme a escala da representação escolhida, é diminuir o número das variações reconhecidas como pertinentes. O trabalho cartográfico destaca o que a definição filosófica implicava: a definição da generalização nada indica sobre

o nível em que a operação deve situar-se (salvo, como vimos, que ele é abstrato), nada sobre a natureza ou a extensão das classes que ela pretende caracterizar<sup>4</sup>. Essas definições e as observações que elas induzem servirão, na seqüência, como grade analítica.

### O IDEAL DA TOTALIZAÇÃO

Em 1941, numa conferência aos alunos da École Normale Supérieure, Lucien Febvre explicava os motivos do emprego do adjetivo “social” no título da revista que ele fundara doze anos antes com Marc Bloch:

Sabíamos que *social*, particularmente, é um desses adjetivos a que se fez dizer tantas coisas, ao longo do tempo, que finalmente não quer dizer mais quase nada [...] Estávamos de acordo quanto a pensar que, precisamente, uma palavra tão vaga parecia ter sido criada [...] por um decreto nominativo da providência histórica para servir como insígnia para uma revista que pretendia não cercar-se de muralhas [...] Não existe história econômica e social. Existe a história, ponto final, em sua unidade. A história que é inteiramente social por definição<sup>5</sup>.

O projeto é menos característico da disciplina do que fez supor aos historiadores, por um momento, uma retórica para uso interno: como as outras ciências do homem, a história busca estabelecer, segundo o ponto de vista que lhe é peculiar, os princípios gerais do funcionamento social. Mas, talvez por defender a originalidade do projeto dos *Annales*, Lucien Febvre resume o problema ao da geografia das fronteiras

4. A. Lalande, *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*, Paris, PUF, 1991 (1ª ed. 1926); P. Deyon, *Amiens capitale provinciale. Étude sur la société urbaine au XVII<sup>e</sup> siècle*, Paris/La Haye, Mouton, 1967; C. Ginzburg, *Le sabbat des sorcières*, Paris, Gallimard, 1992 (1ª ed. Turim, 1989); R. Brunet, *La carte, mode d'emploi*, Montpellier/Paris, Reclus/Fayard, 1987.

5. L. Febvre, “Vivre l’histoire. Propos d’initiation”, *Combats pour l’histoire*, Paris, A. Colin, 1953, pp. 19-20.

disciplinares. Dois pressupostos parecem suficientes para permitir o acesso à totalidade histórica: o questionamento dos recortes tradicionais conforme os quais a ciência histórica analisava o passado (o econômico e o social separadamente, por exemplo) e a descompartimentação intelectual dos saberes. O essencial da reflexão metodológica dos historiadores engajados no movimento seria em seguida mobilizado por esse esforço de recomposição dos territórios. Eles encontravam aí o fundamento de seu dinamismo e de sua fortuna, e parecia que o resto vinha por acréscimo.

Disso resultou um déficit analítico no que tange às questões de que nos ocupamos aqui. A distinção entre os níveis micro e macroanalíticos remetem, nas ciências sociais, a opções conceituais muito distintas, geralmente herdadas da história das disciplinas. A diferença dos métodos (pesquisas estatísticas contra pesquisas monográficas, por exemplo) importa menos do que a oposição dos quadros de referência (a sociedade ou a economia em sua totalidade, num caso, a situação em sua singularidade, no outro), dos seres pertinentes (as agregações, ou então as pessoas, mesmo que abstratas), das formas de solidariedade entre os atores (pressão não necessariamente consciente, ou então negociação e interação) cuja escolha *a priori* não resulta de proposições testáveis, mas de preferências fundamentais não mensuráveis<sup>6</sup>. Contra tais oposições, que estruturam as querelas da sociologia ou os programas de ensino da economia, a disciplina histórica encontrou-se, por falta de análise, quase totalmente imunizada. Como se fosse de forma espontânea, isto é, sem reflexão crítica, a profissão praticava a macro-história.

6. R. Guesnerie, "Microéconomie et macroéconomie", e L. Boltanski, "Micro-analyse et macro-analyse en sociologie", em *Problèmes et objets de la recherche en sciences sociales*, jornadas dos dias 5, 6, 12 e 13 de junho de 1987 organizadas pela École des Hautes Études en Sciences Sociales; C. Bromberger, "Du grand au petit. Variations des échelles et des objets d'analyse dans l'histoire récente de l'ethnologie de la France", em I. Chiva e U. Jeggle (eds.), *Ethnologues en miroir. La France et les pays de langue allemande*, Paris, Ed. de la MSH, 1987, pp. 67-94.

Hist Annales 30.11.11

A totalidade social constituía a finalidade última da pesquisa. Uma conduta analítica francamente cartesiana dava acesso a ela, empenhando-se em dividir cada objeto complexo em conjuntos de dimensão intermediária, para poder depois praticar a quantificação. O estudo da França do Antigo Regime passava pela análise de suas províncias; o conhecimento da sociedade campesina resultava da descrição dos grupos que a compunham, dos manufactureiros aos lavradores; a análise da conjuntura baseava-se na individualização de movimentos de duração diferente. O conhecimento do todo supostamente nasceria da medida, mais acessível, de suas partes. As novas maneiras de fazer elaboram-se hoje com base no questionamento desse modelo historiográfico. Os motivos por que fracassava a prática da história quantitativa que então se adotava foram descritos diversas vezes: na ordem epistemológica, seu limite essencial residia na fraqueza do elo analítico entre as descrições estatísticas e as hipóteses explicativas. Deu-se menos atenção às modalidades de acesso ao nível mais geral visado. O tratamento dado à conjuntura servirá aqui como ponto de apoio para que o façamos.

epistemológica  
Annales

Para a “história historicizante” que os fundadores dos *Annales* denunciavam, o fato constituía a unidade temporal elementar que a exploração dos arquivos permitia reconstituir. A crônica narrativa, por sua vez, constituía a totalidade cuja construção, por concatenação dos fatos tidos como verdadeiros, esgotava a construção histórica. Inversamente, depois dos trabalhos de Labrousse e de Braudel, a historiografia francesa concebe, no pós-guerra, cada momento histórico como a combinação de vários tempos que correm em ritmo e em escala espacial próprios a cada um deles. A explicação resulta de um processo que consiste em identificar essas múltiplas temporalidades e desencaixá-las umas das outras. O procedimento não postula nada quanto à duração da seqüência cronológica a ser explicada: a época de Filipe II e a breve crise revolucionária da primavera de 1789 comportam o mesmo tipo de análi-

se. A mudança não afeta apenas a conduta do historiador, mas também o estatuto dos objetos temporais envolvidos. O fato (no sentido de objeto histórico, sem se postular nada sobre sua duração) constitui agora a totalidade, e as múltiplas crônicas em que ele está inscrito compõem as partes cuja explicação é dada pelas modalidades de sua combinação.

Na pluralidade dos tempos, duas dimensões geralmente foram privilegiadas pela historiografia: as tendências duradouras e as oscilações cíclicas. O acoplamento dessas categorias temporais por muito tempo baseou a ordem de exposição dos resultados das pesquisas: de um lado a estrutura, "realidade que o tempo usa mal e veicula muito longamente", e de outro o recitativo da conjuntura. A tarefa de reduzir a complexidade do momento histórico isolando seus componentes temporais cabe à técnica estatística. As etapas dos métodos tradicionais de decomposição das séries cronológicas pertencem à bagagem de qualquer historiador. Mais freqüentemente, trata-se de pôr em evidência o movimento mais longo, eliminá-lo, isolar o movimento de duração imediatamente inferior ao precedente, eliminá-lo por sua vez, e assim por diante. Uma representação gráfica em geral ilustra o discurso: cada movimento se enrola numa espiral sobre o eixo formado pelo movimento de duração imediatamente superior.

Esse procedimento estabelece, na verdade, uma hierarquia entre os movimentos de duração diferente. Cada um deles tem, em relação ao movimento imediatamente mais longo, um caráter de resto. O estatuto do fato (aqui no sentido tradicional), simples revelador de estruturas ou de conjunturas das quais ele é apenas a manifestação visível dos efeitos, sinaliza que o fundamental está no âmbito da duração maior. Mas a técnica estatística e a ordem em que ela isola os movimentos justificam uma hierarquia que na maioria das vezes, numa descrição fenomenológica ou numa análise teórica dos processos, só encontra uma explicação *ad hoc*. Disso resulta que, se o método

(om) - h -  
estrutura  
valoriza tempo  
diferentes  
hist. tradicional

*trilha* *dificuldade de se fazer totalidade de partes conjuntas*

fornece os meios para uma decomposição da complexidade do momento histórico, ele também impede que se pense na reconstituição da globalidade de outra forma que não seja a do empilhamento. O caráter alternativo dos programas da história conjuntural, de um lado, e da "história imóvel", de outro, revela a dificuldade intelectual em que o projeto tropeça. Ela ressalta uma incapacidade para reconstituir em sua complexidade a totalidade histórica considerada, após a operação de decomposição analítica que deveria esclarecê-la.

A demonstração seria ainda mais fácil se tivéssemos analisado as modalidades previstas para a organização dos resultados das monografias locais, que, durante uma geração, constituíram a circunscrição mais freqüente da pesquisa histórica, ou o modo como a história social então inseria seus dados em tipos de quadros cruzados que propiciavam ao mesmo tempo totalizações horizontais (a sociedade em 1789 eram os camponeses, mais o povo das cidades, mais a burguesia, mais a nobreza – cada um desses grupos, por sua vez, também seccionável segundo o mesmo princípio) e em colunas (a burguesia é uma posição econômica, mais uma posição social, mais um nível de cultura). A história total não inscreve sua prática sob a insígnia da generalização, mas da totalização. A preocupação com o realismo histórico, a primazia do *corpus* arquivístico que fornece a evidência de suas séries e a falta generalizada de familiaridade com qualquer forma de raciocínio probabilista talvez explique uma atitude epistemológica que vê na pesquisa da exaustividade o meio de preencher o programa da história total<sup>7</sup>.

7. Sobre as categorias sociais: J.-C. Perrot, *Caen au XVIII<sup>e</sup> siècle. Genèse d'une ville moderne*, Paris/La Haye, Mouton, 1975. Sobre as séries temporais: J.-Y. Grenier, "Questions sur l'histoire économique: les sociétés préindustrielles et leurs rythmes", *Revue de synthèse*, 116, 1984, pp. 451-481. Sobre as divisões do espaço: B. Lepetit, "Deux siècles de croissance régionale en France: regard sur l'historiographie", em L. Bergeron (ed.), *La croissance régionale dans l'Europe méditerranéenne, XVIII<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles*, Paris, Ed. de l'EHESS, 1992, pp. 21-42.

Uma maneira de colocar os problemas e uma incapacidade de resolvê-los são os resultados disso. Caso a questão seja se as economias pré-industriais são suficientemente complexas para apresentar regulações conjunturais, a resposta será a descrição dos movimentos sucessivos de alta e queda dos preços num espaço e por um período dados – movimentos cuja identificação repousa inteiramente nas escolhas estatísticas realizadas. O raciocínio não envolve o problema da existência de ciclos conjunturais, mas as modalidades de descrição e a configuração de um encadeamento de ciclos que caracterizam uma situação particular. Quando chegam a ser examinadas, as questões da escala cronológica da observação e da decomposição do movimento conjuntural não têm solução, nem virtude heurística: a curva é divisível em vários elementos cíclicos cujo número e cuja duração têm sua pertinência estabelecida unicamente pela manipulação estatística. Uma vez que a missão explicativa se apóia nas técnicas da decomposição, o princípio da segmentação inicial e o significado da reconstrução conjuntural não são realmente postos à prova. Uma vez que não existe adequação entre a problemática, de um lado, e os pressupostos epistemológicos e o método, de outro, o programa de pesquisa não pode dar certo. A existência de uma regulação cíclica do Antigo Regime continua sendo fundamentalmente uma questão de opinião.

*Limite busca validade de que adotaria isso e compare*

### O SISTEMA DOS CONTEXTOS

Praticando o estudo intensivo de objetos muito limitados (um episódio, um processo, um ritual, um indivíduo quase comum), a *microstoria* propõe há vários anos outras maneiras de fazê-lo. A influência da historiografia francesa e a impossibilidade habitual de encontrar na universidade italiana as estruturas necessárias para levar a bom termo as pesquisas coletivas seriais com que se poderia completar o programa explicam ao mesmo tempo a conduta e suas caracte-

rísticas iniciais. As primeiras justificativas epistemológicas da *microstoria* atestam a pregnância do modelo macroanalítico. Por um lado, os micro-historiadores pretendem penetrar nos interstícios da análise serial, alcançando o vivido e a <sup>1</sup> experiência individual inacessíveis aos estudos seriais. Por outro lado, eles pretendem, de início, dar aos problemas de validação da análise respostas da mesma natureza daquelas que a história quantitativa pretensamente encontrava na ma- <sup>2</sup> manipulação dos números. As definições variáveis dadas à noção de “excepcional normal”, forjada para fazer frente à questão da representatividade do caso, são marcadas por isso, quando se trata de defender seja a capacidade reveladora, seja a normalidade da exceção nas sociedades antigas<sup>8</sup>. A generalização parecia poder operar-se a esse preço.

Mas, colocado assim, o problema não comportava solução. Em meados do século XIX, como alternativa à estatística social que então se desenvolvia, Frédéric Le Play propunha, para o estudo das famílias operárias, um método em três etapas, que convém recordar<sup>9</sup>. Inicialmente, durante o trabalho de campo, era preciso observar fatos particulares relativos a uma única família (ou a um número bem pequeno delas). Concluído esse microestudo, tentava-se extrair dele, por indução, proposições gerais. Enfim, submetiam-se essas conclusões ao julgamento de entendidos, no mais das vezes notáveis locais: prefeitos, tabeliães, médicos... A particularidade desses entendidos era pertencerem tanto ao universo observado (eles viviam na mesma comunidade humana que

8. J. Revel, “L’histoire au ras du sol”, prefácio a G. Levi, *Le pouvoir au village. Histoire d’un exorciste dans le Piémont du XVII<sup>e</sup> siècle*, Paris, Gallimard, 1989, pp. I-XXXIII, fornece as referências dos primeiros textos programáticos do grupo.

9. F. le Play, *La méthode sociale. Abrégé des “Ouvriers européens”*, apresentação de A. Savoye, Paris, Méridiens/Klincksieck, 1989.

*Inde o pa. ...*

as famílias que eram objetos de pesquisas) quanto ao do observador erudito (assim como ele, mantinham, embora apenas por razões sociais, uma distância crítica em relação às maneiras de ser das famílias operárias). O lugar que ocupam no dispositivo de pesquisa é importante porque eles constituem a instância de validação que permite romper a circularidade de uma análise que, a partir de observações particulares, induz conclusões gerais que não podem ser confrontadas com outros dados que não os mesmos que permitiram forjá-las. Mas quem representará o papel de entendido entre o moleiro herético do século XVI e o historiador de hoje? O método de Le Play é interessante aqui como índice. A resposta que ele dá à questão da validação mostra, ao contrário, que o problema da representatividade, preliminar a qualquer forma de generalização nesse quadro analítico, não encontra solução fora de um raciocínio probabilista e de métodos de amostragem.

Na antropologia anglo-saxã é que a *microstoria* iria encontrar os procedimentos interpretativos diferentes que lhe permitiriam escapar ao fascínio do paradigma quantitativo. Contra um primeiro modelo que, inspirado nas proposições de Clifford Geertz, oferecia os recursos de uma ciência interpretativa, os historiadores italianos logo erigiram uma muralha de críticas<sup>10</sup>. A antropologia cultural, como se sabe, pretende considerar como um texto significativo o conjunto das ações, dos comportamentos, dos ritos e das crenças que formam o tecido social, e atribui às ciências humanas a tarefa de decifrar o sentido desse tex-

10. Os parágrafos seguintes remetem a C. Geertz, *Savoir social, savoir global. Les lieux du savoir*, Paris, PUF, 1986 (1ª ed. New York, 1983); R. Darnton, *Le grand massacre des chats. Attitudes et croyances dans l'ancienne France*, Paris, R. Laffont, 1985 (1ª ed. New York, 1984) [Ed. em português: *O Grande Massacre de Gatos e Outros Episódios da História Cultural Francesa*, Rio de Janeiro, Graal, 1986 (N. da Org.)]; G. Levi, "I Pericoli del Geertzismo", *Quaderni storici*, 58, 1985, pp. 269-277.

to. Define a cultura como um mundo de símbolos partilhados, assim como as palavras e as estruturas de uma língua são o horizonte de possibilidade de todo ato de fala. Chegar a um conhecimento geral, nesse caso, consiste em reconstituir a linguagem que está à disposição de atores que se limitam, nas situações particulares em que estão envolvidos, a articulá-la. Um postulado implícito é fundador do projeto antropológico: a estabilidade da relação que associa o “texto” da ação social localizada à “língua” da cultura de que ela é a expressão. “Os sistemas de signos e de símbolos são partilhados como o ar que respiramos”, escreve Robert Darnton, depois de Clifford Geertz; ou ainda: “Gramáticas culturais realmente existiram”<sup>11</sup>. É claro que cada prática social e cada ato de fala são capazes de modificar a composição da atmosfera ou as estruturas gramaticais, mas, na escala da ação humana, tais alterações são negligenciáveis. No universo dos textos, aos olhos de Darnton em particular, a equalização das características contextuais do momento (as maneiras francesas de pensar o mundo após o século XVIII, por exemplo) é uma garantia contra a interpretação livre e é a condição da generalização, fora da qual as possibilidades de saber se a análise histórica tocou uma nota de idiosincrasia individual ou a característica fundamental que percorre uma cultura devem ser consideradas minúsculas.

A falta de autonomia dos atores sociais e a saturação interpretativa dos esquemas analíticos são as duas características que resultam desse postulado e que justificam a rejeição do modelo pela *microstoria*. Uma vez que o contexto que confere sentido ao “texto” é, na escala da observação, um invariante, a análise dá mais atenção ao sentido fixado pelo “texto” do que aos processos sociais, e particularmente aos conflitos de interpretação, que resultam em sua fixação. Uma

Geertz  
et al.

11. R. Darnton, *Le grand massacre des chats*, p. 300.

vez que o texto revela o contexto e que o contexto dá sentido ao texto, a análise interpretativa fecha-se na circularidade: "e insomma un processo circolare in cui i criteri di verità e di rilevanza, tutti chiusi nell'attività ermeneutica costitutiva, appaiono [...] troppo arbitrari"<sup>12</sup>. A inversão analítica implicada nessas objeções é dupla. Leva a negar a permanência em proveito da mudança; traz para a frente da cena, antes ocupada pela atividade interpretativa do pesquisador, as capacidades e os esforços de decifração do mundo dos atores do passado.

*Histoire d'un exorciste, Itinéraires ouvriers, Naissance d'un langage corporatif*: quem não percebeu que os subtítulos dados a esses livros, que cabe inscrever sob a insígnia da micro-história, desenham a mesma estrutura analítica? Mudança do mundo camponês e das relações de poder no século XVII, dinâmicas familiares e individuais na integração operária na cidade, modificação dos aspectos e dos âmbitos da solidariedade coletiva numa capital do Antigo Regime: é um quadro em movimento que se reconstitui a cada vez<sup>13</sup>. Nenhum desses livros justapõe recortes temporais regularmente espaçados para fazer o inventário de suas semelhanças e de suas diferenças a fim de deduzir delas os processos atuantes. Por outro lado, também nenhum deles é construído como uma crônica: nem a exaustividade da reconstituição, nem a linearidade da narração estão entre suas ambições. Não é o encadeamento dos fatos, e sim o dos pontos de vista analíticos e das modalidades sucessivas da observação (escolha das grades

12. G. Levi, "I Pericoli del Geertzismo", p. 273. [N. da T.: "e em síntese um processo circular em que os critérios de verdade e de relevância, completamente fechados na atividade hermenêutica constitutiva, parecem... arbitrários demais"].

13. G. Levi, *Le pouvoir au village...*; M. Gribaudi, *Itinéraires ouvriers. Espaces et groupes sociaux à Turin au début du XX<sup>e</sup> siècle*, Paris, Ed. de l'EHESS, 1987; S. Cerutti, *La ville et les métiers. Naissance d'un langage corporatif (Turin, 17<sup>e</sup>-18<sup>e</sup> siècle)*, Paris, Ed. de l'EHESS, 1990. Tentei pôr em prática as idéias desenvolvidas aqui: cf. *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*, Paris, A. Michel, 1988.

interpretativas "locais", seleção das fontes, métodos de tratamento) que comandam seu desenvolvimento.

Explicitamente organizados segundo protocolos racionais de estudo, eles respondem à definição do que poderia ser uma história experimental. A análise da mudança é neles referida não porque o tempo constituiria a preocupação particular da história no quadro das ciências do homem, e sim porque a sociedade é dinâmica por natureza (retornaremos a isso) e porque a capacidade de explicar a evolução é um instrumento de validação dos modelos. Se, no conjunto de uma história experimental (ou de uma história-problema, se se prefere), o objeto histórico é construído, e não dado de antemão, é o encaminhamento da pesquisa que o dá à luz e o explicita. Mas, ao mesmo tempo, os dois processos, o da evolução do funcionamento social e o de sua elucidação, não são separáveis. O modelo histórico encontra-se submetido a dois níveis de validação. Cada um de seus elos explicativos é localmente posto à prova das observações empíricas correspondentes. Em seguida ele é confrontado, em seu conjunto, com o desmentido eventual da dinâmica social: os processos teóricos que explicita extraem sua validade de sua não-contradição com a mudança social observada. Processo e experiência: de certo modo, a generalização opera-se por analogia. A correspondência entre as evoluções previstas pelo modelo e os processos observados permite aplicar ao funcionamento social passado os princípios explicativos (localmente testados de forma empírica) cuja reunião constitui o modelo.

A micro-história social opõe-se ao geertzismo e a seus avatares historiográficos num segundo ponto, como foi dito: a atenção dada às capacidades interpretativas dos atores. Os modelos alternativos lhe são então fornecidos por uma antropologia social menos atenta aos recortes estruturais da sociedade do que às representações e aos papéis sociais, bem como aos processos de estruturação da sociedade a que a interação de ambos induz. Eu gostaria de sugerir, seguindo

Paul-André Rosental, que a *microstoria* se instala com seus modelos em posições pouco conformes àquelas que certas leituras de seu programa lhe atribuíram<sup>14</sup>.

Um instrumento de análise e uma grade teórica fornecem à *microstoria* os meios para valorizar os atores. Os métodos da *network analysis* permitem reconstruir as redes de relações dos indivíduos e das famílias. Essas redes resultam do espaço de experiência social de cada um e traçam seu horizonte. A identificação delas permite reconstituir as formas do agrupamento social a partir da multiplicidade das práticas individuais. Os elementos teóricos mais importantes encontram-se no antropólogo norueguês Fredrik Barth. A micro-história fornece-lhe o modelo de um indivíduo ativo e racional, que faz escolhas num universo caracterizado por incertezas e restrições dependentes particularmente da distribuição desigual das capacidades individuais de acesso à informação. Do conjunto das escolhas individuais resultam processos macroscópicos, como, por exemplo, a penetração da ideologia fascista nos meios operários turinenses no século XX, ou a consolidação variável das corporações de ofícios e a formação do Estado moderno três séculos antes.

Então, a consideração das variações de escala situa-se inicialmente do lado do objeto. A importância diferente dos recursos de que os atores dispõem e a diversidade da extensão dos campos em que eles são capazes de agir estão entre as características essenciais do panorama social e constituem as fontes principais de sua modificação. A variação de escala não é o apanágio do pesquisador nem sobretudo o produto do processo de construção da pesquisa. É antes a parte que cabe aos atores. Também a manipulação deliberada do jogo das escalas não tem por finalidade sugerir outro espaço social: a virtude migratória

14. Cf. P.-A. Rosental, "Construire le 'macro' par le 'micro'. Fredrik Barth et la *microstoria*", in J. Revel, *Jeux d'échelles*, Paris, Hautes Études/Gallimard/Le Seuil, 1996, p. 141.

no nível da  
sua história  
na micro

um nível - eventos - história  
micro agora  
work to cinema

206

da micro-história provém apenas da força de evidência que os grandes painéis haviam conquistado. Ela tem por função identificar os sistemas de contextos em que se inscrevem os jogos sociais. A ambição dessa cartografia dinâmica é reconhecer e desenhar, em sua variedade, um conjunto de mapas que correspondem a igual número de territórios sociais. Quanto ao princípio do funcionamento social, por sua vez, é único e privilegia uma única escala: a do microscópico, em que operam os processos causais de que dependem todos os outros.

Assim, nos trabalhos de micro-história, organiza-se, se não uma contradição, ao menos uma tensão entre uma conduta muito atenta aos procedimentos de pesquisa que fazem surgir objetos históricos inéditos e o papel de sanção final que atribuem à experiência individual dos atores do passado. O sistema dos contextos, reconstituído pela série das variações do ângulo de visão e da acomodação da óptica, possui duplo estatuto: resulta da combinação de milhares de situações particulares e ao mesmo tempo dá sentido a todas elas. Por exemplo, a evolução do Estado moderno no século XVII ocorreu em milhares de aldeias como a de Santena, no Piemonte, mas, ao mesmo tempo, o modelo que se fornece dessa evolução assegura que não será necessário reproduzir milhares de vezes a experiência de Santena para garantir o valor geral do caso. O conjunto dos contextos construído ao longo da experimentação historiográfica é ao mesmo tempo o quadro mais abrangente e o nível de generalização. Mas a questão de se saber se o conjunto que foi reconstituído está completo, ou mesmo se é o único considerável, não tem solução. Invocar a experiência dos atores parece um meio de romper tal incerteza. Um relativismo metodológico vem acabar numa forma de realismo epistemológico.

“Tudo que é importante é macroeconômico, tudo que é fundamental é microeconômico”: talvez a *microstoria* pudesse adotar a fórmula prezada pelo economista Serge-Christophe Kolm. Os micro-historiadores contribuiriam en-

tão para fazer emergir a figura, inédita em história, da oposição entre dois modelos conceituais alternativos do social, com objetivos e esquemas interpretativos divergentes. Alguns dos bloqueios denunciados em economia e em sociologia encorajam a explorar-se outra via, esforçando-se por manter resolutamente do lado do método a variação de escala. Dessas explicações que se acaba de ler, deduzir-se-á que não se deve buscar principalmente os meios, nas três disciplinas citadas. Uma caminhada num raio mais amplo se impõe. Mas, de um campo a outro do saber, as transferências de modelo são coisas delicadas – ainda mais quando concernem a proposições ecléticas. Convenhamos que será feito aqui um emprego metafórico dessas proposições, com função de deslocamento e de exploração.

#### A ESCALA E A CONSTRUÇÃO DO OBJETO

“Em geografia ou em arquitetura, uma escala é uma linha dividida em partes iguais e colocada ao pé de um mapa, de um desenho ou de um projeto, para servir de medida comum a todas as partes de um edifício ou então a todas as distâncias e a todos os lugares de um mapa”<sup>15</sup>. A definição dada pela *Encyclopédie* permite orientar a pesquisa. Ela designa duas disciplinas que constituirão seu campo (notemos que seu enraizamento nos saberes práticos é considerável, no século XVIII: o conhecimento do mundo e a teoria da arquitetura têm uma finalidade utilitária que se completa nas Geografias comerciais e nas Artes de construir) e duas questões principais: a da medida; a da dupla visão potencial da escala, que estabelece uma homologia

15. *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, Paris, Lebreton, 1755, vol. 5, p. 248 (verbete “Échelle”).

entre a realidade e sua imagem, e em cada uma dessas duas esferas uma relação de proporção entre as partes.

Uma aplicação mecânica do conceito explica ao mesmo tempo o descrédito em que caiu a noção de escala na geografia contemporânea e o pouco de atenção teórica que lhe é dado. Paradoxalmente, somente uma escala cronológica, a escala secular, consta no índice dos “termos principais úteis para a análise dos espaços e dos sistemas espaciais” que fecha o volume geográfico da *Nouvelle encyclopédie des sciences e des techniques*<sup>16</sup>. O registro em escala pertence aos procedimentos de instrumentação, e seu conhecimento inclui-se nos modos de usar. “É preciso lembrar sempre que um mapa é uma redução de um território. A escala é a relação entre uma extensão medida no mapa e a medida real no terreno”<sup>17</sup>. Por trás da operação cartográfica está um realismo. A escala do geógrafo associa um representante, o mapa, e um referente, o território cuja configuração é dada e precede a operação intelectual que é a realização do mapa. Portanto é possível imaginar duas hierarquias paralelas, a das “escalas”, que pertence ao domínio da cartografia, e a dos “níveis” dos fenômenos e das organizações espaciais, que pertence à natureza das coisas e à estruturação do mundo. A dificuldade do manejo da escala provém dessa dualidade: “segundo a escala,

2 níveis \*  
a escala

16. F. Auriac e R. Brunet (eds.), *Nouvelle Encyclopédie des sciences et des techniques. Espaces, jeux et enjeux*, Paris, Fondation Diderot/Fayard, 1986. A respeito da noção de escala em geografia, pode-se partir de P. Haggett, “Scale Components in Geographical Problems”, em R. J. Chorley e P. Haggett (eds.), *Frontiers in Geographical Teaching*, Londres, E. Arnold, 1965, pp. 148-163; J.-B. Racine, C. Raffestin e V. Ruffy, “Échelle et action. Contributions à une interprétation du mécanisme de l'échelle dans la pratique de la géographie”, *Geographica helvetica*, 5, 1980, pp. 87-94; J.-C. Boyer, “Échelles et acteurs”, em *Collectif français de géographie sociale et urbaine. De la géographie urbaine à la géographie sociale. Sens et non-sens de l'espace*, Caen, Paradigme, 1984, pp. 81-86.

17. R. Brunet, *La carte, mode d'emploi*, p. 45.

muda-se também a 'óptica' e o nível de informação"<sup>18</sup>, mas "nada indica que os fenômenos e as estruturas mudam se o olhar que se projeta sobre eles se modifica"<sup>19</sup>. Escolher uma escala consiste então em selecionar um nível de informação que seja adequado ao nível de organização a ser estudado. A uma geografia que desejasse interrogar-se sobre a configuração de uma rede viária regional, um mapa na escala 1:25 000 não acrescentaria nada, enquanto seria precioso para quem desejasse compreender a relação entre a distribuição do hábitat e o traçado das estradas rurais.

- Três dificuldades resultam dessa posição epistemológica. A primeira, mais propriamente geográfica, refere-se à questão da continuidade. Como conciliar a continuidade fundamental do espaço real (passa-se, sem corte, da aldeia para o mundo) com o caráter discreto das escalas em prática? Como, simetricamente, conciliar a continuidade inerente à representação cartográfica com sistemas de relações que nem sempre têm tradução espacial contínua? As duas outras dificuldades são mais gerais.
- ① Trata-se inicialmente do risco de tautologia: como assegurar-se da existência de uma realidade geográfica sem fazer previamente a escolha da escala que fornecerá sua imagem? Quem conhece, por exemplo, o grau de completude e as características da rede viária nacional, possuindo apenas, como era o caso da França até o fim do Primeiro Império, mapas regionais ou departamentais? A passagem da noção de território à de terreno, na proposição de Roger Brunet, é o sintoma da segunda. O terreno, aqui, remete a uma configuração do relevo e a operações de triangulação e agrimensura, e a questão da escala coloca-se somente num universo de medida – o topográfico. O território, ao contrário, é uma formação espacial que não depende apenas da

18. *Ibid.*, p. 47.

19. R. Brunet (ed.), *Géographie universelle, I, Mondes nouveaux*, Paris/Montpellier, Hachette/Reclus, 1990, p. 127.

organização de um espaço, mas de práticas de atores que se desenvolvem de acordo com lógicas pouco mensuráveis. Como a variação de escala pode dar conta da complexidade do real e de sua inscrição em universos de medida díspares? Convém buscar em outra parte proposições menos redutoras. Para isso, faremos uma distinção entre as noções de proporção e redução e a noção de escala<sup>20</sup>. \*

Viollet-le-Duc sem dúvida foi o primeiro a dedicar um verbete especial num dicionário de arquitetura a uma noção de escala diversa da noção de proporção<sup>21</sup>. A proporção não estabelece relação entre universos distintos, situa-se inteiramente na esfera do objeto: “Deve-se entender por proporções as relações entre o todo e as partes”<sup>22</sup>. Elas são estabelecidas segundo duas modalidades geradoras: uma, aritmética, não possui outra referência além do universo dos números e de sua combinação (caracterizaria a arquitetura da Grécia e de Roma); a outra, geométrica, encontra na dimensão do homem o módulo elementar do sistema harmônico (seria a da arquitetura da Idade Média ocidental). Mas a referência à altura do homem não basta para estabelecer uma diferença entre práticas matemáticas. “Nesses dois sistemas, encontra-se o mesmo elemento: relações entre números, relações entre ângulos e dimensões dadas por triângulos semelhantes”<sup>23</sup>. A escala aritmética ou geométrica produz harmonia, mas esta se torna *ipso facto* uma propriedade exclusiva do objeto construído.

A escala arquitetônica é um operador mais complexo. Designa a interação (e não mais a relação) entre um edifício e o que não é ele (e não mais entre

proporções  
todo e parte  
de 1 mesmo  
objeto

escala entre  
todo, obj ≠

20. Eu acompanharia aqui P. Boudon, “Une architecture mesurée”, *Critique*, jan.-fev. 1987, pp. 121, 133, e *id.* (ed.), *De l'architecture à l'épistémologie. La question de l'échelle*, Paris, PUF, 1991.

21. E. Viollet-le-Duc, *Dictionnaire de l'architecture française du XI<sup>e</sup> au XVI<sup>e</sup> siècle*, Paris, A. Morel, 1861, vol. 5, verbete “Échelle”, pp. 143-153; 1864, vol. 7, verbete “Proportion”, pp. 532-561.

22. E. Viollet-le-Duc, *op. cit.*, “Proportion”, p. 532.

23. *Ibid.*, p. 560.

suas diferentes partes). Num raciocínio às vezes ainda hesitante (o estatuto da arquitetura medieval muda de um verbete a outro, ao sabor do destaque dado à escala humana), Viollet-le-Duc utiliza inicialmente a noção de dimensão para introduzir o construído no universo dos usos. A arquitetura grega, diz ele, estabelece uma proporção entre o diâmetro das colunas de um pórtico e a altura dos degraus do soco sobre o qual elas se apóiam, mas não se preocupa com a relação entre a altura desses degraus e a das pernas dos cidadãos que terão de subi-los: ela não tem escala propriamente dita. A arquitetura ocidental está numa posição diferente: “doravante, uma porta não crescerá mais na proporção do edifício, pois a porta é feita para o homem; ela conservará a escala de sua finalidade”<sup>24</sup>. Em seguida ele nota a diversidade dos elementos que determinam a dimensão do construído: o uso, como acabamos de ver, mas também a função do edifício (e sobretudo sua função simbólica) e a natureza dos materiais empregados. À unicidade da escala do cartógrafo, o arquiteto opõe a pluralidade das escalas de referência.

Philippe Boudon relata também que Michelangelo instalou, no lugar destinado à cornija do palácio Farnese, que estava construindo, uma cornija de madeira nas dimensões do edifício<sup>25</sup>. Essa cornija, na escala 1:1, também não foi reduzida. Tecnicamente, o modelo não está de acordo com a realidade: é evidente que a madeira não era o material definitivo a ser utilizado. Mas, nesse momento da concepção, essa é uma dimensão do objeto que não interessa ao arquiteto. No conjunto dos universos possíveis em que ele deve atribuir medidas à cornija, sua seleção é diferente: descartando a escala técnica, ele faz um julgamento sobre o elemento arquitetônico do ponto de vista óptico. A cornija

24. *Id.*, “Échelle”, p. 145.

25. P. Boudon, “Une architecture mesurée”.

de madeira do palácio Farnese é um modelo reduzido, mesmo que a redução não afete a dimensão que ela atinge habitualmente.

O mérito que se atribui à redução é conhecido<sup>26</sup>. O processo cartesiano *f. a. de zido* de conhecimento, já se disse, ultrapassa a resistência ligada à complexidade do objeto, dividindo-o previamente em elementos que são submetidos, em separado, a uma análise particular: o saber sobre o todo passa por um saber prévio sobre suas partes. A prática em que se inscreve a fabricação (material ou metafórica) de modelos reduzidos é inversa. Não faz uma distinção entre as diferentes partes do objeto, mas entre as diferentes dimensões em que ele se manifesta. Ela não pretende estabelecer uma imagem semelhante ao objeto, mas apenas homóloga a ele. Nesse caso, mesmo se não passa de ilusão —ou seja, se o saber é incompleto—, o conhecimento do todo precede o das partes. O modelo reduzido tem ainda um atributo: constrói e manifesta sua artificialidade. *\** Por isso, não é um homólogo passivo do objeto, mas o resultado de uma experimentação, controlável, renovável, modificável em função dos parâmetros escolhidos e de pontos de vista particulares. Ele expõe ao mesmo tempo seu caráter calculado, seu poder de inteligibilidade e sua natureza artificial. *~*

Desenhar um projeto em escala não significa fundamentalmente estabelecer, entre o real e sua representação, relações que comportem uma aplicação do teorema de Tales. Desenhar um projeto é construir um modelo reduzido da realidade depois de haver selecionado uma dimensão dela *\** (no caso, sua disposição no solo) e de haver renunciado às outras. Poderíamos destacar a perda (de detalhes, de complexidade, de informação) que tal operação envolve. É mais justo destacar a escolha e a intenção que ela supõe, pois a opinião

26. C. Lévi-Strauss, *La pensée sauvage*, Paris, 1962, cap. 1, "La science du concret".

precedente repousa na idéia preguiçosa de que o real se desvenda espontaneamente, em sua riqueza, antes de qualquer atividade de análise (necessariamente em déficit, por sua vez). A questão de se saber quanto mede a costa da Bretanha admite uma infinidade de respostas. “Quando uma baía ou uma península que se havia registrado num mapa em escala 1:100 000 é redesenhada num mapa em 1:10 000, percebem-se em seu contorno inumeráveis sub-baías e sub-sub-penínsulas e assim por diante.” No limite, “nas escalas extremamente pequenas, o conceito de costa deixa de pertencer à geografia”<sup>27</sup>. Assim, não só é sensato escolher uma escala, como também é impossível apreender o real sem essa escolha. Entretanto, o militar, o fiscal aduaneiro ou o pescador que estão a pé, por exemplo, não mantêm relação idêntica com a costa da Bretanha, e a diferença de seus pontos de vista sobre o território suscitaria uma cartografia em escalas diferentes. Assim, mais que uma relação de similaridade com o real, a escala designa uma redução dele. Ela exprime uma intenção deliberada de visar um objeto e indica o campo de referência em que o objeto está sendo pensado. A adoção de uma escala é inicialmente a escolha de um ponto de vista de conhecimento.

O caráter virtual dos objetos aos quais se apega o arquiteto (dos edifícios ou das cidades vindouros) talvez explique o fato de ele dar à noção de escala um sentido mais complexo do que aquele dado pelo cartógrafo. Comentou-se que a escala cartográfica liga um representante, o mapa, e seu referente, o terreno. Diversamente, a escala do arquiteto liga um representante, o projeto ou o modelo reduzido, a um representado, o edifício projetado. Por ainda não existir, a realidade constitui apenas o horizonte do trabalho de representação. A redução

27. B. Mandelbrot, *Les objets fractals*, 2. ed. revisada, Paris, Flammarion, 1984, cap. 2, “Combien mesure la côte de la Bretagne?”, pp. 25 e 32.

arquitetônica não visa um objeto preexistente, mas procura conceber as diferentes dimensões (espaciais, como também socioculturais ou técnicas, por exemplo) nas quais se inscreve um objeto futuro. Uma única redução a uma escala escolhida com exclusão das outras não basta para esgotar sua complexidade. Se um modelo reduzido é pertinente em relação a uma dimensão particular da realidade, para o arquiteto existem várias modelizações desejáveis de um edifício futuro. A pluralidade das pertinências legitima a multiplicidade das reduções. Por isso, o projeto, em arquitetura, é uma dinâmica e uma arbitragem. É uma dinâmica na medida em que o modelo invoca outros, que correspondem a outras pertinências. É uma arbitragem na medida em que resulta na coexistência de diferentes escalas e diferentes pertinências, e em que o jogo entre as escalas permite dominar a imagem global e coerente do projeto. Retomaremos, para encerrar, as sugestões epistemológicas dessa prática. Antes, porém, como a visão da redução de escala, além de descritiva, é também explicativa, nós nos detemos numa última análise.

#### ESCALA E CAUSALIDADE

O mapa não é o território: duas imagens, uma em escala 1:25 000 e outra em escala 1:500 000, não permitem que se leia da mesma maneira a organização do espaço. Omitindo as variações que se revelariam em outras escalas e que dariam uma outra imagem do mundo, ambas se situam, a partir de um ponto de vista de conhecimento específico e com a preocupação de responder a um uso particular, num nível deliberado de generalização. Mas uma não é mais verdadeira que a outra. Um colóquio internacional organizado em 1985 sobre a relação entre a evolução agrária e o crescimento demográfico permite encontrar situações equivalentes em história e especificar suas conse-

qüências<sup>28</sup>. Na ocasião, opunham-se num debate o economista Ester Boserup, que considerava a pressão demográfica como o principal motor do desenvolvimento agrícola, e um grupo de historiadores. Estes viam no crescimento da população, no máximo, uma entre várias causas do progresso agrícola: os avanços técnicos, a abertura dos mercados, o investimento urbano, a diversificação do consumo tinham, segundo eles, efeitos desencadeadores pelo menos igualmente importantes. Mas, na maioria das vezes, os debatedores invertiam a relação e viam no desenvolvimento agrícola a causa do aumento do número de homens. Conclusões contraditórias e debate sem saída. Observando de perto, porém, vemos que as diferenças não concernem apenas aos mecanismos explicativos. Elas também resultam do contexto em que esses mecanismos foram estabelecidos. Boserup trabalha com espaços amplos (a China, o continente africano) e durações muito longas, no mínimo milenares (a Antigüidade, a Idade Média em sua totalidade), ou então com grupos muito pequenos, isolados num território bem pouco densamente povoado (os indígenas do deserto do Kalahari, certas tribos amazônicas). Os historiadores, ao contrário, baseiam suas conclusões na escala máxima de uma região (o Sul da Inglaterra, a Provence, a Flandres) e em durações compreendidas entre algumas décadas e dois a três séculos. É porque os interlocutores não se situam no mesmo nível que não podem se entender. Assim como o mapa em escala 1:25 000 não é mais verdadeiro que o mapa em escala 1:500 000, as conclusões dos historiadores (embora mais próximas da escala humana e da experiência dos atores, capazes de conhecer nas poucas décadas de sua vida o punhado de aldeias ou de cantões submetidos à observação) não são mais verdadeiras que as de Boserup. Elas fornecem explicações diferentes sobre a

Analises e IS coll.  
28. A. Fauve-Chamoux (ed.), *Évolution agraire et croissance démographique*, Liège, Ordina, 1987.

realidade, que só são excludentes, e por isso passíveis de se oporem mutuamente, quando se crê que valem na mesma escala.

Por defrontar com escalas cronológicas e espaciais desmesuradamente variáveis, a geomorfologia está mais acostumada a manejar esquemas explicativos com causalidades múltiplas e não necessariamente coincidentes<sup>29</sup>. No ponto de partida de um de seus projetos metodológicos mais sistemáticos, encontra-se uma reflexão sobre o domínio de validade das leis físico-químicas (não se julgará sua pertinência factual, por falta de competência, mas considera-se uma vantagem ela relacionar-se com as ciências ditas exatas). Essa reflexão apóia-se, de um lado, na contradição entre a verificação experimental comum da lei de Lavoisier sobre conservação da matéria e, de outro, no emprego que se faz do princípio oposto, isto é, de sua degradação progressiva e da desintegração atômica, sobre o qual se fundamentam os meios de datação da história da Terra. Uma das maneiras de resolver a contradição é a que acabamos de evocar; consiste em admitir que os dois princípios são concorrentemente válidos em escalas diferentes: a da experimentação, para o primeiro, os tempos geológicos para o segundo. Da dupla constatação da descontinuidade dos princípios explicativos e do papel das variações de escala para compreendê-la decorre um projeto taxionômico. As formas do relevo que o geomorfólogo tem de conhecer são divididas em classes de extensão e de duração decrescentes. As primeiras, os continentes, desenvolvem-se na escala de vários milhões de quilômetros quadrados e de vários bilhões de anos. Na outra extremidade da classificação, microformas têm o tamanho aproximado de um metro e uma duração de vida da ordem do século.

29. J. Tricart, "La géomorphologie et la notion d'échelle", *Revue de géomorphologie dynamique*, III, 1952, pp. 213-218; A. Cailleux e J. Tricart, "Le problème de la classification des faits géomorphologiques", *Annales de géographie*, LXV, 349, 1956, pp. 162-186; J. Tricart, *Principes et méthodes de la géomorphologie*, Paris, Masson, 1965.



particular, que reorganiza o sistema das causas em novas bases. ] A decomposição tipológica do universo das formas não produz um conjunto de conhecimentos parciais disjuntos. Em cada escala, é a capacidade explicativa da disciplina que se encontra engajada. A questão não é saber como articular formas parciais de explicação, mas como fornecer uma explicação total da forma parcial considerada. É possível objetar que se trata de um efeito da forte evidência individual dos relevos que a geomorfologia analisa? Seria esquecer que as próprias formas de relevo só têm a existência que o observador lhes dá, e que as noções de placa continental, bacia sedimentar ou fenda também decorrem de uma história da inovação intelectual.

Os progressos recentes do estudo das séries cronológicas confirmam e reforçam a leitura que acabamos de fazer do esquema geomorfológico de análise. O realismo possível das categorias espaciais não tem contrapartida na ordem temporal. Aparentemente, a materialidade dos lugares oferece às operações de recorte do espaço pontos de apoio e linhas de diferenciação mais sólidas do que aquelas oferecidas aos recortes cronológicos pela passagem linear do tempo. Alguns economistas insistem nisso muito mais do que os historiadores: os movimentos seculares ou cíclicos em que se pode decompor as séries temporais não têm realidade<sup>30</sup>. São movimentos abstratos, idealizados, construídos para fins de pesquisa, que permitem deduzir a opacidade da evolução das grandezas econômicas observadas por meio da introdução de regularidades e de princípios explicativos de cada uma. Princípios de sentido contrário podem surgir daí (por exemplo, o salário e a produtividade *in natura* evoluem em sentido inverso a curto prazo, mas em sentido idêntico a longo prazo), porém a hipótese de aditividade permitia reduzir essas oposições de escala numa espécie de totalização

30. H. Guitton, *Statistique et économétrie*, Paris, Dalloz, 1959.

algébrica. Como a história, que aliás lhe emprestara todos os seus métodos nesse domínio, a análise econômica esperava alcançar a totalidade ao fim de um processo de decomposição seguido de uma combinação de escalas imbricadas.

Um argumento de irrealismo e a denúncia do caráter mecânico dos procedimentos estatísticos adotados conduziram a análise das séries temporais, à custa de inovações rápidas, a uma renovação profunda do instrumental disponível. Este, em particular, inverte a conduta para tentar empregar métodos de explicação integral e técnicas de decomposição simultânea que não postulam *a priori* um esquema de estruturação temporal, e sim, ao contrário, procuram depreender da série uma classificação dos acasos segundo sua periodicidade e localizar os fenômenos de dependência ao longo do tempo<sup>31</sup>. Embora nenhuma atenção sistemática tenha sido dada a isso, tais métodos têm conseqüências importantes para o estatuto da escala temporal de observação. Na expectativa de um verdadeiro estudo, que contribuiria para enriquecer a noção historial do tempo, nós nos limitaremos aqui a algumas observações elementares, para uso local. Utilizaremos o índice Dow Jones como ponto de partida. A trajetória descrita por esse índice da Bolsa há um século é um “passeio ao acaso”, *a random walk*. A marcha aleatória tem várias propriedades matemáticas que explicam as características de seu comportamento temporal: os retornos da série a seu ponto de partida são uma certeza; os intervalos entre duas passagens pelo ponto de partida não têm valor médio, isto é, o movimento não apresenta ciclo privilegiado; uma marcha ao acaso com expectativa nula não apresenta tendência (oscila em torno da horizontal), mas a amplitude de suas flutuações vai aumentando com o tempo. Enfim, e esta é a característica que destacaremos aqui, “todas essas propriedades não estão ligadas a um período

31. *Séries temporelles*, número suplementar de *Histoire et mesure* (1-2, 1991), coordenado por J.-Y. Grenier, constitui para os historiadores uma introdução sugestiva.

privilegiado. Em qualquer escala que seja, elas são idênticas [...]. Diz-se que as propriedades do passeio aleatório são invariantes em relação à escala utilizada na observação e em relação às referências temporais<sup>32</sup>. Essa invariabilidade em relação à escala temporal tem várias conseqüências: para o economista voltado para o futuro, a impossibilidade de uma previsão que não seja aleatória; para o historiador, voltado para o passado, a impossibilidade de desenvolver, à guisa de análise da série, algo mais que uma descrição – ou uma racionalização *ad hoc*; para todos, a inutilidade da busca de um sistema causal interno e totalizante para explicar o conjunto da série. A série é uma seqüência de estados independentes.

Modifiquemos o modelo. A operação, ao menos em economia, não é uma pura hipótese acadêmica: entre outras grandezas, o volume dos capitais, as condições da produção ou do emprego são estoques modificados a cada momento por fluxos de entrada e de saída dependentes das condições econômicas anteriores. Nesse caso, ao contrário do esquema precedente, a existência reconhecida (pela análise espectral, por exemplo – mas o exame dos modelos “Arima” levaria a colocar, embora de maneira um pouco diferente, a questão da escolha da escala)<sup>33</sup> de ciclos privilegiados numa série cronológica implica, na ordem do conhecimento, a elaboração possível de um sistema explicativo causal e ao mesmo tempo, na ordem dos determinantes, a importância das referências temporais e da escala cronológica adotada. Na hipótese de que se possam considerar séries cada vez mais longas, o prolongamento do período de observação, em

32. D. Zajdenweber, “Chronique d’un randonneur centenaire: le Dow Jones”, *Histoire et mesure*, 1-2, 1991, pp. 132-133.

33. Segundo informação de Carolle Varlet e P. A. Rosental, “Arima” é um método para análise e previsão das séries temporais que modeliza a maneira como um fenômeno depende de uma combinação linear de seus próprios valores passados, de flutuações precedentes (choques, inovações) e do valor passado de outras séries temporais. Mais detalhes podem ser obtidos em *Logiciel statistique et économétrique SAS*, verbete “Arima”. (N. da Org.)

particular, produz dois efeitos. O primeiro é a mudança da duração dos ciclos que a análise espectral isola, ou seja, a ausência de periodicidade absoluta da crônica: a periodicidade (e portanto o sistema das causas capazes de explicá-lo) é relativa à duração da seqüência temporal estudada. Essa aperiodicidade absoluta das crônicas significa, em termos de processo, que as variáveis dependem de fenômenos de muito longo prazo ou ainda de choques aleatórios muito antigos, cuja lista só terminaria com o começo no mundo. Assim, de um lado, "um processo econômico que transcorre no tempo não pode ser analisado independentemente de seu passado" e, de outro, a cada instante, o estado presente de uma crônica não resume todo o seu passado: as séries curtas são cegas aos efeitos de longo prazo<sup>34</sup>. Existem técnicas que permitem distinguir entre as séries de memória curta e as séries marcadas por uma memória muito longa. Mas essas técnicas não poderiam nem especificar sua dimensão, nem esgotar a lista dos abalos antigos cujo efeito desliza a todo instante do passado para o presente. A necessidade de recompor para cada escala de observação um esquema explicativo, os últimos métodos de análise das séries cronológicas acrescentam outra dimensão: a impossibilidade de qualquer explicação jamais alcançar o real e esgotar sua complexidade.

#### DE LONGE, UMA CIDADE, UMA CAMPINA...

Imagino que seria possível atribuir vários sentidos à sucessão de pontos de vista que acabamos de perceber. De minha parte, eu proporia a seguinte transposição para a prática do ofício de historiador:

34. D. Zajdenweber, *Hasard et prévision*, Paris, PUF, 1976, p. 86.

1. Pode-se atribuir à fórmula de Lucien Febvre freqüentemente citada, "a história é filha de seu tempo", uma significação fraca: a fonte documental, herdada do passado, não impõe sua evidência, e é a partir das questões do presente que a pesquisa histórica reconstitui os objetos passados. É melhor entendê-la de uma maneira mais forte: o passado não se conserva, mas constitui o objeto de uma reconstrução sempre recomeçada. A história não pode desejar, ao mesmo tempo, inventar problemas e reconstituir objetos: ela constrói conjuntamente uns e outros.

2. O modelo (isto é, a inteligibilidade histórica do mundo) e a modelização (isto é, o processo de pesquisa histórica) não são separáveis. O modelo não é de início o resultado de um movimento de concepção. Ele próprio é um processo, que adquire sua forma transformando um saber inicial, questionamentos, materiais documentais em objeto construído. Encontra em seu próprio transcurso os procedimentos e os instrumentos de controle (específicos ou não do ofício de historiador) que permitem apreciar a validade do sistema de proposições que constitui. Todo modelo é uma redução, que só retém certas dimensões do objeto. Mas estas não são em número limitado, e cada redução evoca outras: a pesquisa é uma dinâmica sem fim.

3. Nesse processo, a escolha de uma escala particular tem por efeito modificar a conformação e a organização dos objetos. Entretanto, nenhuma escala goza de um privilégio particular. Os macrofenômenos não são menos reais, os microfenômenos não são mais reais (ou inversamente): não há hierarquia entre eles. As representações em diferentes escalas não são projeções de realidades que se encontrariam por trás delas. "Por trás delas, há apenas outras 'vistas' [...]. O real está entre elas, aquém delas"<sup>35</sup>. Assim, a multiplicação controlada das escalas

35. M. Merleau-Ponty, *Le visible et l'invisible*, Paris, 1964 (nota de trabalho de 20 jan. 1960, pp. 279-281, citação na p. 280).

da observação é capaz de produzir um ganho de conhecimento a partir do momento em que se postula a complexidade do real (os princípios da dinâmica social são plurais e revelam-se segundo configurações causais diferentes) e sua inacessibilidade (a palavra final nunca é dada e a modelização precisa sempre ser retomada).

4. A questão da generalização deve ser colocada menos em termos de representatividade do que de campo de validade. O processo de generalização não consiste em chegar à totalidade por adição ou por multiplicação. A busca de uma inacessível exaustividade (herdada da história positivista) ou a apreciação freqüentemente impossível da representatividade (empréstada do modelo estatístico das ciências sociais) não constituem, em história, as melhores maneiras de colocar a questão da generalização (e sem dúvida menos ainda de resolvê-la). Como todas as ciências sociais, a história procura estabelecer, a partir do ponto de vista que lhe é próprio e empenhando a totalidade da capacidade explicativa da disciplina, os princípios gerais do funcionamento social numa escala sempre particular. Esta não induz somente a configuração do objeto, mas também o domínio de extensão da análise (pois sem dúvida é inútil crer, por exemplo, que o estudo da combinação de interesses locais basta para esgotar a compreensão da construção do Estado).

5. A questão de se saber em que campo de validade a explicação pode situar-se, em função da escala de observação escolhida, talvez só tenha solução prática. Se existem escalas mais pertinentes que outras para desenvolver certas problemáticas e testar certas hipóteses, é preciso tentar estabelecer, para cada tema particular, tão sistematicamente quanto possível, as conseqüências que as variações de escala do terreno escolhido provocam no conteúdo das grades explicativas. Da determinação empírica dos umbrais que separam níveis de observação significativos, os quais propiciam imagens e esquemas de compreensão

diferentes da realidade visada, o máximo que se pode esperar são regras de correspondência (ou simplesmente tipologias de associações) entre hipóteses e escalas de análise. A apreciação dos efeitos de redução analítica sobre o saber produzido depende de uma ciência prática.

6. As conclusões que resultam de uma análise conduzida numa escala particular não podem ser opostas às conclusões obtidas numa outra escala. Elas são cumuláveis apenas com a condição de que se levem em conta os níveis diversos em que foram estabelecidas. Deus não refaz o mundo a cada dia, mas, de certa maneira, os historiadores o fazem. Escrever um livro de síntese, por exemplo, é sempre, em relação aos estudos particulares que existem, mudar de escala, portanto de objeto e de problemática. A menos que esteja inscrita num improvável plano de conjunto predeterminado (que definiria a escala do projeto), a pesquisa histórica deve ser retomada a cada vez em novas bases. Disso resulta que, contrariamente à opinião positivista comum, a comparabilidade e a cumulatividade, em história, sem dúvida concernem menos fundamentalmente aos resultados da pesquisa do que aos procedimentos e aos métodos de análise. Mas talvez este seja um dos elementos definidores de uma atividade científica.

Banalidades? Não há dúvida, em todo caso, de que tudo isso já foi dito, de forma mais concisa e elegante. Louis Marin dedicou a dois pensamentos de Pascal sobre a questão da infinita diversidade do mundo uma bela meditação, cujos elementos merecem ser retomados. No sistema de variação infinita dos objetos, nota ele, o observador acomoda interminavelmente seu olhar. Esse movimento, de aproximação ou de distanciamento regular, sem solução de continuidade, não tem por efeito apenas fazer passar do grande ao pequeno ou vice-versa numa série contínua. A acomodação progressiva da óptica revela elementos que não são homólogos, mas cuja natureza difere: o jardim é sucessivamente, à medida que dele nos aproximamos, parreiral, cacho, bago de uva

etc. "O olho continuamente ultrapassou os limites das classes, dos gêneros, das espécies"<sup>36</sup>. O saber, numa tal configuração, esbarra em dois obstáculos consideráveis. De um lado, o observador, para descrever o mundo, está incapacitado para reconhecer e adotar o bom ponto de vista e a justa distância: sua condição humana opõe-se a isso. De outro, a escolha da escala de observação jamais resulta verdadeiramente numa redução da diversidade do mundo e da singularidade das coisas: um cacho de uvas não tem dois bagos semelhantes. A renúncia ao conhecimento, entretanto, não é o desfecho dessa constatação sem ilusões. A reflexão pascaliana sobre a unidade da natureza não rejeita uma representação da heterogeneidade do mundo – ao contrário, baseia-se nisso (lembramos o grande fragmento "Desproporção do homem"). E a linguagem, pelo uso regulamentado de convenções, vem interromper, na escala escolhida para um momento, uma regressão sem fim.

"Uma cidade, uma campina, de longe são uma cidade e uma campina; mas, à medida que nos aproximamos, são casas, árvores, telhas, folhas, grama, formigas, pernas de formigas, ao infinito. Tudo isso se reveste com o nome de campo"<sup>37</sup>.

problema escala → aborda varia posturas que ⇒ é  
acontece e problematiza cada 1

o basta fazer zoom muito problematiza o j. ele ⇒ , quais  
contos e possibilidades

36. L. Marin, "Une ville, une campagne, de loin...: paysages pascaliens", *Littérature*, 61, fev. 1986, p. 10.

37. B. Pascal, *Pensées*, n. 65-115, em *Oeuvres complètes*, ed. por L. Lafuma, Paris, Seuil, 1963, p. 508.